



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS BARREIROS - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022.**

**INFORMAÇÕES GERAIS.**

<b>Nome da Entidade:</b> Câmara de Vereadores do Município de Barreiros/PE..
<b>CNPJ:</b> 08.915.159/0001-48
<b>Natureza Jurídica da Entidade:</b> 106 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
<b>Principal Atividade da Entidade:</b> 84.11.6-00 – Administração Pública em Geral
<b>Domicílio da Entidade:</b> Praça Barão de Gindaí, 404 – CEP: 55.560-000 – Centro – Barreiros-PE – Fone: (81) 3675.1480/1293 – Site: <a href="http://www.camarabarreiros.com.br">www.camarabarreiros.com.br</a> E-mail: <a href="mailto:camarabarreirospe@gmail.com">camarabarreirospe@gmail.com</a>
<b>Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade:</b> A Câmara Municipal de Barreiros possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 Órgão Público do Poder Legislativo, sendo sua atividade classificada como: Administração Pública em Geral.
<b>Dados do Presidente</b> José Henrique da Silva Costa Estado Civil: Solteiro CPF. 048.974.544-09 Endereço: Rua Luiz do Rego, 54 - Centro– Barreiros-PE Período de Gestão: 01/01/21 a 31/12/2022
<b>Dados do Contador:</b> Nome: Amaro José da Silva CRC/PE. 15.106/O-6 Email: <a href="mailto:amaro22864@hotmail.com">amaro22864@hotmail.com</a>
<b>Declaração de conformidade com a legislação e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.</b>



A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Barreiros, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, apresenta adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

## **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade



aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

### **Estrutura a Legislação e as Normas de Contabilidade ao Setor Público**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit



financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e

Extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**Base de Mensurações Utilizadas:**

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.

**Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.



## INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

#### **Resultados das Receitas Orçamentárias:**

A receita orçamentária da entidade, é composta dos valores repassados a título de duodécimo, conforme determina o artigo 29-A da Constituição Federal.

#### **Resultado da Despesa Orçamentária:**

A dotação inicial totaliza R\$ 5.400.000,00, e o total da dotação atualizada permaneceu a mesma R\$ 5.400.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 4.306.787,09, o liquidado R\$ 4.306.787,09 e o pago R\$ 4.306.787,09. A economia orçamentária foi de R\$ 1.093.212,91 (calculada através da diferença da dotação atualizada e o valor empenhado). O coeficiente de execução orçamentária foi de 79,76%

#### **Resultado da Execução Orçamentária:**

Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas R\$ 4.303.780,31, menos as despesas empenhadas R\$ 4.306.787,09, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 1.093.212,91. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. E que recebemos R\$ 4.303.780,31 do Poder Executivo a título de Transferências Financeiras.

#### **Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Não Processados.**

Não há nenhum registro contábil de Restos a Pagar não Processados

#### **Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Processados.**

Não há nenhum registro contábil de restos pagar processados .

#### **Demonstrativo de Execução dos restos a Pagar Processados Liquidados**

Não ficou saldo de restos a pagar não processados liquidados no exercício.



**Utilização de superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou extraordinários.**

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2022.

**Despesa Executada por tipo de Crédito (inicial, suplementar, especial ou extraordinário)**

Das dotações orçamentárias iniciais e créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 4.306.787,09. Não foram abertos créditos especiais e extraordinários

**Atualização Monetária autorizado por lei e após a publicação da LOA**

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

**Passivos Contingentes e compromissos contratual não reconhecidos.**

Não se aplica a este demonstrativo

**Divulgações não financeira.**

Não se aplica a este demonstrativo.

**Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.**

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

**Reconhecimento das Retenções**

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

**BALANÇO FINANCEIRO****INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.****Transferências Financeiras Recebidas.**

Os valores das transferências financeiras recebidas no exercício de 2022, totalizaram R\$ 4.303.780,31, sendo estas derivadas dos repasses recebidos do Poder Executivo, conforme definido na legislação.

**Ingressos Extra Orçamentários.**

Os ingressos extra orçamentários totalizam R\$ 690.384,39, sendo compostos pelas as contas Consignações.

**Saldo Bancário :**

O saldo disponível em 01.01.2021, foi de R\$ 0,32

**Despesa Orçamentária:**

A despesa orçamentária no exercício foi de R\$ 4.303.780,31

**Transferências Financeiras Concedidas.**

Não houve transferência concedida no exercício de 2022

**Desembolsos Extra Orçamentários.**



Os desembolsos extra orçamentários totalizaram R\$ 660.879,63, correspondente a consignações (IRRF, INSS, RGPS, RPPS ISS, pensão alimentícia, empréstimos consignados e outros)
<b>Saldo Bancário para o Exercício Seguinte.</b> O saldo disponível em 31/12/2022 foi de R\$ 25.923,20
<b>Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos.</b> Não se aplica ao Poder Legislativo.

## **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.**

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos</b> Não se aplica a este demonstrativo
<b>Divulgações não Financeiras.</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
<b>Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.</b> Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo
<b>Reconhecimento das Retenções:</b> O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

## **BALANÇO PATRIMONIAL**

## **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**





### **Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

### **Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAS: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e

Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDS o demonstrativo evidencia: Pessoal e



Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**Bases de mensuração utilizadas.**

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina o CFC. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os registros contábeis foram realizados sobre o regime de competência como determinam as NBCASP. Os valores intraorçamentários foram considerados neste demonstrativo.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

No exercício de 2022 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP as contas em circulante e não circulante, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



<p><b>Ativo Circulante.</b></p> <p>O saldo do Ativo Circulante deixado na conta caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional em 31/12/2022 somam R\$ 26.600,84 e no exercício de 2021 que foi de R\$ 102,86</p>
<p><b>Estoque/Almoxarifado.</b></p> <p>Não há registro de Estoque/Almoxarifado.</p>
<p><b>Créditos a Curto e Longo Prazo:</b></p> <p>Não houve registro de créditos a curto e longo prazo.</p>
<p><b>Ativo Realizável a Longo Prazo.</b></p> <p>Não há registro de créditos a longo prazo.</p>
<p><b>Imobilizado</b></p> <p>O valor do imobilizado no final do exercício de 2022 foi de R\$ 281.063,93, sendo R\$ 50.996,99 para bens móveis e R\$ 230.619,76 para bens imóveis, com uma depreciação, exaustão e amortização acumuladas no valor de R\$ - 2.274,27. Houve incorporação de bens móveis e/ou imóveis durante exercício de 2021</p>
<p><b>Intangível.</b></p> <p>Não existe registro de Ativos Intangíveis</p>
<p><b>Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.</b></p> <p>Não Houve registros de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no exercício de 2022.</p>
<p><b>Demais Obrigações a Curto Prazo.</b></p> <p>Foi registrado obrigações a curto prazo no valor de R\$ 29.511,19</p>

**Saldo Patrimonial.**

O saldo patrimonial ao final do exercício de 2022, totalizou um superávit de R\$ 0,00, totalizando R\$ 382.029,64, quando somado ao saldo anterior de R\$ 82.029,64 e ajuste no exercício de R\$ 0,00

**Demais Elementos Patrimoniais.**

Não houve registros nos atos potenciais ativos e passivos

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:****Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de e Diretrizes Orçamentárias.

**Divulgações não financeiras.**

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

**Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.**

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.**

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS****RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS****Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº



877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

**Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a



pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

#### **Bases de mensuração utilizadas.**

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

#### **Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

No exercício de 2022. foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP as contas em circulante e não circulante, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

#### **Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.**



Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

## **INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Modelo de Elaboração do Demonstrativo das Variações Patrimoniais-DVP.**

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05.

### **Redução ao valor recuperável do Ativo Imobilizado.**

#### **Não houve registro de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.**

É relevante informar que em consonância com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional

– STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2020 no caso dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

### **Baixas de Investimento.**

Não houve registro de baixas de investimentos

### **Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:**

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 527,00, referente aquisição de bens móveis e imóveis. Não houve desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos.

### **Variações Patrimoniais Aumentativas.**



As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2022 totalizaram R\$ 4.303.780,31
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas.</b> As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2022 totalizaram R\$ 4.458.154,36
<b>Resultado econômico (patrimonial) do exercício.</b> O resultado patrimonial do exercício de 2022, foi de R\$ (103.876,06)
<b>Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF).</b> Não houve alienação de bens durante o exercício de 2022.

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.**

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Divulgações não Financeiras.</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
<b>Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.</b> Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

### **DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**

#### **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

**Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:**





Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE

**Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e



financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**Bases de mensuração utilizadas.**

A elaboração deste demonstrativo por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas.**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Fluxos de Caixa. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas na NBCT SP 16.6

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto as Fluxos de Caixa.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

**Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:**

O valor dos ingressos totaliza R\$ 5.003.958,55, enquanto os desembolsos foram de R\$ 4.977.508,67, logo, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi de R\$ 26.449,88 (proveniente da diferença dos ingressos e os desembolsos).

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.**

O valor dos ingressos das atividades de Investimentos foi de R\$ 527,00

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos.**

Não houve ingressos das atividades de financiamentos da entidade.

**Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.**

O valor do caixa e equivalente de caixa vindo do exercício de 2021, foi de R\$ 0,32. Ao final do exercício de 2022 o valor do caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 25.923,20

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES****Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo.

**Divulgações não Financeiras.**

Não se aplica a este demonstrativo.

**Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.**



Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

#### **Reconhecimento das Retenções.**

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido

## **DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

### **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

#### **Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis.**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE



**Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE.**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a Dívida Flutuante do Poder Legislativo que são os compromissos prontos para pagamento, ou seja, que independem de autorização orçamentária para serem realizados, que foi contraída, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa. Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende: I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; II - os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e de juros da dívida fundada); III - os depósitos (consignações ou cauções e garantias recebidas em função de execução de obra pública, por exemplo); IV - os débitos de tesouraria (ARO – operações de crédito por antecipação de receita destinadas a cobrir insuficiências de caixa ou tesouraria).

**Bases de Mensurações Utilizadas.**

No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação das dívidas e dos valores consignados e dos restos a pagar inscritos no exercício.

**Novas normas e políticas contábeis Alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante.



--

## **INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

<b>Modelo de Elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante.</b> O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05 e pela exigência da Resolução TC 153/2021. A dívida fluante desta casa legislativa em 2020, era de R\$ . Em 2020, permaneceu em R\$.0,00
<b>Restos a Pagar Processados</b> Não houve inscrição de restos a pagar processados.
<b>Restos a Pagar Não Processados</b> Não houve inscrição de restos a pagar não processados.
<b>Depósitos e Consignações</b> O valor dos depósitos e consignações referente a retenção de INSS, IRRF, ISS e EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, veio um saldo de 2021 de R\$ 6,43. Em 2022, reteve durante o ano uma receita extra de R\$ 690.384,39 e despesa R\$ 660.879,63, ficando saldo devedor R\$ 29.511,19

## **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Divulgações não Financeiras.</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.</b>



Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro.**

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo

Barreiros, 05 de janeiro de 2023

Amaro José da Silva

Assessor Contábil

CT.CRC/PE.15.106